

# José Carlos Mariátegui e o Comintern

Luiz Bernardo Pericás\*

## **Resumo:**

*Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de José Carlos Mariátegui, publicado em 1928, é por muitos considerado o primeiro esforço bem sucedido de “nacionalizar” ou “regionalizar” o marxismo na América Latina. Mas teve uma receptividade tímida na época de sua publicação devido – em parte – às críticas da APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana) e do COMINTERN (III Internacional Comunista). Este último, já submetido a um forte processo de centralização, foi decisivo para o isolamento das posições teóricas e políticas de Mariátegui. Há décadas, *Sete Ensaios...* se impõe como a mais importante e influente obra produzida pelo marxismo latinoamericano. Este artigo discute a relação de JCM com o Comintern, suas polêmicas com dirigentes de PCs do continente e as diferentes abordagens e interpretações de Mariátegui e da IC em relação a temas distintos, como a questão da organização do partido, a formação histórica do Peru, a questão de Tacna e Arica, a questão nacional, entre outros assuntos.

**Palavras-chave:** Mariátegui. Comintern. Partido Socialista do Peru. Partido Comunista do Peru.

Em 1928, o jornalista e teórico político José Carlos Mariátegui publicava os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, possivelmente a mais importante e influente obra marxista de nosso continente. O livro, de fato, foi um verdadeiro marco na abordagem histórica da formação de uma nação. É o primeiro esforço bem sucedido de “nacionalizar” ou “regionalizar” o marxismo na América Latina. Há quem diga que a publicação dos *Sete ensaios* marca o dia e hora do nascimento da primeira “articulação sistemática” de uma versão latino-americana do marxismo.

Ainda assim, sua receptividade foi tímida ao começo, em parte devido às críticas da APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) e do Comintern na época. É bem verdade que várias resenhas publicadas na ocasião apontaram para a importância daquele trabalho. Mas a força da Internacional Comunista,

---

\* Doutor em História Econômica (USP), pós-doutorado pela FLACSO (México) e Universidade do Texas, Austin, professor-visitante na Australian National University, Camberra. End. eletrônico: lbpericas@hotmail.com

em termos globais, e dos partidários de Haya de La Torre, especialmente dentro do Peru, dificultaria por alguns anos uma ampla divulgação dos Sete ensaios, não só internamente, como no resto do mundo. O fato é que alguns dos principais dirigentes do Comintern para a América Latina avaliavam o ideário político mariáteguiano de maneira bastante desfavorável. Ainda que nunca tivesse se reunido pessoalmente ou se correspondido com nenhuma liderança estrangeira vinculada à Internacional Comunista, JCM foi visto com desconfiança e teve seus postulados teóricos e organizacionais atacados por elementos importantes de diferentes PCs do continente.

Alguns meses depois de lançar os *Sete ensaios*, Mariátegui enviou delegados do Partido Socialista (do qual era fundador e principal dirigente) para a Conferência Sindical de Montevideu e para a Primeira Conferência Comunista Latino-Americana em Buenos Aires, ambas em 1929. É bom lembrar que a reunião na capital argentina era um evento relativamente pequeno e as 14 delegações da América Latina contavam com poucos convidados. Com plenos direitos na reunião estavam a Argentina, com 8 delegados, o Brasil com 4, a Colômbia com 3, Cuba com 3, Equador com 3, Guatemala com 2, México com 2, Paraguai com 1 e Uruguai com 3, assim como convidados “simpatizantes”, entre os quais, a Bolívia, com 2 representantes, El Salvador com 2, Panamá com 2, Peru com 2 e Venezuela com apenas 1 enviado (Cf. Del Roio, 1990: 80-115). Também estavam presentes enviados do Partido Comunista dos Estados Unidos e da França, do Comintern e da IC juvenil, e dos secretariados sul-americanos da IC e da IC juvenil regional no evento (Cf. Fernández Díaz, 1994: 105). Já naquela ocasião, as ideias de Mariátegui e a delegação do PSP, composta por Hugo Pesce (um médico com “sólida formação marxista”) e Julio Portocarrero (trabalhador da indústria têxtil, de origem anarcosindicalista), foram criticadas por alguns convidados, especialmente pelo mais importante líder da IC no continente, o ítalo-argentino Vittorio Codovilla. O marxismo ortodoxo de Moscou e de alguns partidos comunistas ligados aos soviéticos não permitiam “arroubos” de criatividade e originalidade. Não se podia desviar dos padrões pré-estabelecidos pela direção da Internacional. Dentro do painel programático propagandeado pela URSS, o esquema tradicional de desenvolvimento do capitalismo no mundo desenvolvido e periférico seguia uma trajetória definida. Sair desta camisa-de-força teórica seria uma heresia.

Para a IC, Mariátegui ainda era, até então, uma figura pouco conhecida. Antes da constituição e fundação de seu partido, entre setembro e outubro de 1928, ele praticamente não existia para a Internacional. Seu nome circulava pouco, ainda que alguns dirigentes (como Julio Antonio Mella, por exemplo) já o tivessem mencionado, de forma muito breve, em comunicados. Mas, certamente, JCM estava longe de ser uma figura central no movimento comunista internacional. O próprio Peru era um país de pouco interesse para o Comintern.

Após o VI Congresso da Internacional Comunista, entre julho e setembro daquele ano, em Moscou, a América Latina começaria a ganhar alguma importância. Naquele evento a situação latino-americana e de seus PCs seria discutida pela primeira vez. E a reunião de Buenos Aires, marcada. Quem cumpriria o papel de elo de ligação entre Moscou e a AL seria o suíço Jules Humbert Droz, o “camarada Luís”, secretário da Seção Latina e na ocasião, a principal figura na relação entre o Comintern e o nosso continente.

Nunca é demais recordar a pouca importância dada pela IC (e mesmo por sua seção “latina”) aos partidos comunistas do continente durante um bom tempo, como foi o caso do PCB, por exemplo. Só como ilustração, basta dizer que no IV Congresso, o representante brasileiro, Antonio Bernardo Canellas, que discordava dos procedimentos levados a cabo nas reuniões por ser impedido de se manifestar e pela falta de canais democráticos de participação, tentou em vão discutir sobre a questão colonial, a maçonaria, uma nova estruturação da Internacional, entre outros temas; praticamente não foi ouvido (Cf. Zaidan, 1985: 58-59).

Criado em 1925 e instalado efetivamente em 15 de abril de 1926, o *bureau* sul-americano do Comintern seria

um órgão intermédio, do qual se vale a IC para relacionar-se com todos os partidos latino-americanos. Sua criação demonstra então uma preocupação efetiva da IC para a coordenação do trabalho revolucionário na AL e, em primeiro lugar, é um passo dado para ajudar a conformação política dos nossos partidos (Idem: 71).

Para alguns membros graduados da Internacional, era exagerada a crítica de que o Comintern só havia “descoberto” tardiamente a América Latina, ou seja, que havia se preocupado “um pouco tarde” demais com ela; afinal, ela não poderia “descobrir” o mundo inteiro de uma só vez, mas sim, por etapas. E aquele seria, finalmente, o momento do continente (Cf. Zaidan, 1985: 71-72). A I Conferência Comunista Latino-Americana, portanto, seria um marco político importante para os PCs da região.

Mas o *bureau* da IC na Argentina, através de sua publicação, *La Correspondencia Internacional*, não demonstrará, naquele momento, demasiado interesse no Peru, que sequer figurará em suas páginas até então (Cf. Flores Galindo, 1994: 400-401). A delegação peruana seria convidada tardiamente para a Conferência e vista como a representante de um partido pequeno e pouco estruturado, de “futuro incerto” e dirigido por um “intelectual”.

Foram muitas as críticas ao PSP, entre as quais, principalmente, aquelas relacionadas à questão de Tacna e Arica, à questão do imperialismo e à questão do partido. De acordo com Adam Anderle, a discussão sobre a concepção de

partido dos delegados peruanos teria representado, inclusive, o maior debate da conferência (Anderle, 1985: 105).

Ao ler os *Sete ensaios*, Vittorio Codovilla e os “marxistas” ortodoxos presentes ao evento, inicialmente, demonstraram pouco interesse pelo livro do intelectual peruano. Para começar, diziam que “ensaios” eram uma forma “burguesa” de se trabalhar qualquer tema. Os “verdadeiros” comunistas deviam escrever livros com uma estrutura orgânica mais definida e previsível. Em seguida, afirmavam que não havia uma realidade “peruana” *per se*, mas, na verdade, *uma única realidade*, internacional, dentro dos marcos do capitalismo e do imperialismo. Todos os países, centrais ou periféricos, estariam inseridos nesta mesma realidade. As nações da América Latina, neste caso, seriam incluídas na categoria de países “semicoloniais”, com uma relação similar diante dos países imperialistas, o que permitiria, conseqüentemente, que se elaborassem estratégias de luta política parecidas em todo o continente.

Também discutiram e polemizaram indiretamente com JCM sobre as questões “racial” e “nacional”. Mariátegui defendia a *plena* “integração” dos indígenas à nação, já que formavam três quartos da população do Peru. Para JCM, não deveria haver “fraturas” no país, mas a inserção de uma fatia enorme de pessoas que sempre havia sido explorada e marginalizada pela elite *criolla*. Os trabalhadores, rurais e urbanos, deveriam ser os protagonistas do processo de construção do socialismo no Peru. E este proletariado, a vanguarda da revolução, era justamente de origem majoritariamente indígena. Já os delegados do Comintern discordavam de JCM e apoiavam a autonomia e autodeterminação dos povos autóctones da região. Achavam, por isso, que os quéchuas e aymarás, por exemplo, tinham todo o direito de constituir suas próprias “nações” em seus territórios.

Finalmente, os dirigentes do Comintern para a América Latina acusavam Mariátegui de se preocupar demasiadamente com literatura e cultura. Para estes críticos, os marxistas deveriam discutir *prioritariamente* a economia política. É sabido que Codovilla apreciava muito mais um livro de outro peruano, Martínez de la Torre, *El movimiento obrero peruano, 1918-1919* (publicado pela editora Cronos, de Lima) do que o texto de Mariátegui. Ele teria chegado a dizer, por vezes com ironia, que a obra de JCM tinha “um valor muito escasso” (Flores Galindo, 1994: 407). Para ele, aquela seria claramente uma obra produzida por um “intelectual pequeno burguês”.

Há quem tente inferir que as fricções entre os peruanos e a IC teriam sido exageradas por alguns comentaristas, e que, na verdade, a reunião teria transcorrido em um ambiente muito mais harmonioso e equilibrado do que o descrito por esses críticos. Em parte, essas afirmações são influenciadas por uma carta do próprio Pesce para JCM, escrita em 25 de junho de 1929, em Buenos Aires, na qual ele dizia que

nossa ação durante esta Conferência foi a de dar uma impressão mais exata possível da real situação econômica e política do Peru, de expor as possibilidades de ação política que temos nestes momentos, assim como de expor nosso projeto de constituição do Partido Socialista na forma que você conhece. Evidentemente, o desejo sincero e fundado dos representantes da IC, assim como do SSA, foi que constituíssemos no Peru um Partido Comunista. Expusemos todas as razões que nos levaram, depois de longo debate, à decisão de fundar o Partido Socialista... A discussão durante o Congresso, assim como em sessões de Comitê, se desenvolveram, inútil dizê-lo, dentro de um ambiente não só da mais franca camaradagem, mas também, contrariamente a suposições feitas por companheiros peruanos desterrados, da maior compreensão de nossos problemas e de um verdadeiro espírito de cooperação por parte dos dirigentes. (Luna Vegas, 1989: 67-68).

Alguns autores, contudo, acham que possivelmente as pressões da Internacional no sentido da criação de um partido “comunista” talvez tenham influenciado os delegados peruanos, que *aparentemente* constataram e foram convencidos das dificuldades de se organizar uma agremiação política revolucionária fora de seus auspícios. Quando regressaram ao Peru, eles iriam defender as posições do Comintern, da mesma forma como já o faziam *alguns* membros de seu partido político.

Na verdade, as críticas à delegação do PSP existiram e foram muitas. Os delegados peruanos, Pesce e Portocarrero, em grande medida marginalizados durante o encontro, discordavam de quase tudo proposto por Codovilla. Em linguagem objetiva, seus discursos estavam impregnados de dados e informações sobre a realidade de seu país e praticamente não faziam referências a Marx, Engels, Lênin ou à União Soviética, algo que destoava da maioria das apresentações no evento. O isolamento dos peruanos era evidente até na hora do almoço e das interrupções para o café, quando eram interpelados constantemente por críticas e objeções.

Mas não só peruanos. A delegação do Equador, por exemplo, iria criticar “a omissão teórico-política da IC e do próprio *bureau* sul-americano na vida dos PCs latino-americanos e nos problemas relativos ao caráter da revolução nestes países” (Zaidan, 1985: 93). Eles diriam:

As dificuldades e perseguições de que tem sido vítima o nosso Partido, o esquecimento em que o tem deixado a IC e sua falta de apoio no período álgido da luta não dão direito, nem ao companheiro Luís nem à IC, de fazer a crítica desapiedada que se nos tem feito na intervenção do primeiro, nesta conferência, e na carta aberta pré-citada. Eu culpo a IC que, por seu descuido com o nosso Partido, tem sido responsável pelas inúmeras dificuldades de nossa missão. (Zaidan, 1985: 94).

Para os peruanos, ainda que o proletariado fosse uma força a ser seriamente considerada, seria fundamental se prestar atenção nas especificidades históricas de cada país. Em outras palavras, as classes sociais sofreriam a “mediação” do contexto nacional, algo que teria de ser sempre levado em conta. Portocarrero diria que “as diretivas que para nossos países importam ao Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista têm de ser diferentes, porque diferentes são as condições de cada região”. Como o proletariado urbano do Peru era recente, pequeno e com limitada formação política e ideológica, seria lógico, portanto, se voltar a outros setores sociais igualmente explorados, como os camponeses, os proletários rurais e os artesãos. E no caso dos camponeses, seria importante resgatar as tradições coletivistas autóctones e incorporá-las na luta política, que poderiam servir de base para a construção do socialismo no país. A linha que separava os indígenas e os proletários como protagonistas revolucionários, assim, se borrava, e permitia que ambos os atores, de maneira similar, se colocassem como uma única classe explorada que dirigiria o processo revolucionário. É claro que esta seria, certamente, mais uma questão de discordância com os comunistas ortodoxos. Como diria Osvaldo Fernández Díaz, “os peruanos foram *vapuleados*<sup>1</sup> a propósito do problema de Tacna e Arica, a propósito de sua opinião sobre o problema indígena, mas, indubitavelmente, a maior e mais séria discussão, *beirando quase a desqualificação*, girou em torno da questão do partido” (Fernández Díaz, 1994: 106).

Para o delegado do Partido Comunista dos Estados Unidos, por exemplo, seria equivocado pensar que as massas não estariam preparadas para um PC (um dos argumentos dos peruanos), já que dever-se-ia começar incorporando os setores mais avançados e preparados ideologicamente do proletariado, aqueles dispostos a aderir. Ou seja, “é necessário ter fé na classe trabalhadora, dar valor exatamente a sua capacidade de combatividade, não subestimar as forças com as quais faremos a revolução” (Martínez de la Torre, 1947: 423).

Já o representante do Comintern na reunião, Luís (o suíço Jules Humbert Droz), criticando uma das propostas dos enviados de JCM, diria que seria perigoso pensar em se constituir “dois partidos proletários em um”, ou seja, um “núcleo” comunista cercado por uma “periferia” socialista, como propunham os peruanos. De acordo com ele, os membros deste partido certamente entrariam em conflito e os “elementos da confusão” ou não-comunistas que se infiltrassem no PS se oporiam, dia a dia, com a ajuda do governo, à política revolucionária que o partido tentaria impor (*Idem*: 424).

---

<sup>1</sup> Um termo forte, que equivale a “castigados”, “açotados”, “surrados” e “espancados”, entre outras designações similares.

O delegado da IC Juvenil também atacou a possibilidade de construção de um partido “acessível”, de massas, no Peru, já que ele nasceria acessível a outros setores, inclusive burgueses, que penetrariam em seus quadros e facilitariam a repressão governamental. O mais importante para todos esses críticos seria, portanto, manter uma “pureza” obreira, proletária.

Nas palavras do “camarada” Peters, os peruanos “propõem a criação de um ‘partido socialista’ e argumentam que este partido não será mais que a máscara legal do Partido Comunista; mas, os mesmos camaradas do Peru se refutam, quando nos dizem que esse partido socialista terá uma composição social ampla, que será formada por operários, camponeses, pequenos burgueses, etc. Em suma, não se trata de ‘uma máscara legal’, mas de outro partido político mais ‘acessível’, como dizem os camaradas” (Flores Galindo, 1994: 416).

O mais enfático entre todos os participantes daquele evento teria sido o próprio Vittorio Codovilla.<sup>2</sup> Ele afirmou:

Esse partido socialista deveria ser constituído por várias camadas sociais: proletariado, artesanato camponês, pequena burguesia e intelectuais. Atualmente parece que os companheiros estão dispostos a fazer algumas concessões a nosso ponto de vista, estão dispostos a eliminar a pequena burguesia; mas, apesar disso, a composição social do partido não muda e o erro político persiste. Para justificar a criação desse partido os companheiros chamam à reflexão o Secretariado sobre as condições locais e diríamos –para utilizar uma expressão já clássica-, sobre a ‘realidade peruana’. Indubitavelmente, toda tática deve ser adaptada às condições peculiares de cada país; mas, será que as condições do Peru se diferenciam fundamentalmente das do resto dos países da América Latina? Absolutamente não! Trata-se de um país semicolonial como os outros. E se a Internacional Comunista estabelece que em todos os países devem criar-se Partidos Comunistas, por que o Peru pode constituir uma exceção? (Martinez de la Torre, 1947: 428)

Como comentaria novamente Osvaldo Fernández Díaz, havia naquela situação uma “ufana pretensão de que o organismo internacional detinha uma

---

<sup>2</sup> A personalidade e as práticas políticas de Codovilla eram conhecidas e se estendiam a vários outros dirigentes comunistas. Em 1927, durante as sessões de trabalho do Congresso Mundial contra a Opressão Colonial e o Imperialismo, em Bruxelas, após o grande êxito de Julio Antonio Mella na reunião, Codovilla demonstrou seu desgosto pela admiração que seus camaradas tinham pelo cubano, criticando-o exageradamente e o acusando de demasiadamente visceral, individualista, indisciplinado, divisionista, pequeno-burguês e inexperiente. Já em Moscou, no mesmo ano, Codovilla tentou a todo custo impedir que Mella ficasse por lá, para trabalhar como representante latino-americano com Losovsky, na direção de assuntos sindicais para a América Latina. Ainda que Mella fosse o indicado pelos cubanos e mexicanos, Codovilla o atacou novamente, desta vez acusando-o de intelectualóide, pequeno-burguês, caudilhista, semideus do Caribe, oportunista e com falta de disciplina revolucionária. Ver Cupull e González (2006: 84-86).

verdade...” (Fernández Díaz, 1994: 107). Algum tempo depois, a *Correspondencia Sudamericana* iria expressar sua preocupação de que, mesmo utilizando um novo rótulo, o de Partido Socialista, poderia haver o ressurgimento da APRA ou de uma organização similar no país (Meseguer Illán, 1974: 219).

A questão, porém, ia muito além dos “rótulos”. O fato de o partido de Mariátegui se denominar “socialista”, na prática, marcava uma posição clara de distanciamento em relação à APRA, mas também o diferenciava da estrutura rígida da IC, permitindo-lhe uma maior flexibilidade em termos de teoria e de prática política. Ainda assim, seu partido se definia como “marxista” e “leninista militante”. É bom recordar que Mariátegui era grande admirador de Lênin, Trotsky, Lunatcharsky, Dzerzhinsky, Krassin, Gorki e de toda a experiência da revolução de Outubro. E que respeitava e sabia da importância do Comintern para a luta revolucionária mundial. Mas vale lembrar também que o Partido Socialista do Peru não é fundado por elementos *de fora*, estrangeiros, como o caso mexicano, por exemplo, que teve, além de muitos militantes locais, a presença, em seus primeiros quadros, de personalidades de outros países, como M. N. Roy, Mikhail Borodin, Charles Shipman, Helen Allan, Frank Seaman, Bertram Wolfe e Linn A. E. Gale, entre outros.<sup>3</sup> Também não é criado em um país de maioria branca, de imigrantes europeus e de um movimento operário mais estruturado e consolidado como os dos Estados Unidos e da Argentina. É bom recordar que no ano da revolução de Outubro, encontravam-se nos Estados Unidos (inclusive se reunindo com dirigentes e militantes do Partido Socialista), Trotsky, Alexandra Kollontai, Sen Katayama e Nicolai Bukharin. O jornalista John Reed, autor de *Os dez dias que abalaram o mundo*, e um dos fundadores do Partido Comunista Operário (um dos partidos comunistas de seu país) em 1919, esteve na Rússia na época da revolução, viu de perto o processo revolucionário, conheceu vários dirigentes políticos importantes e se tornou amigo de Lênin e Trotsky. Os militantes norte-americanos eram certamente bastante cosmopolitas, vários dos quais já haviam conhecido a realidade da Europa e da Rússia, e trocado experiências com revolucionários estrangeiros. Os partidos de esquerda nos Estados Unidos, desde o Partido Socialista Operário e o Partido Socialista, até o Partido Comunista da América e o Partido Comunista Operário, eram formados, em grande medida, por muitas “federações” que incluíam centenas de trabalhadores estrangeiros, como por exemplo, russos, alemães, letões, lituanos, húngaros, finlandeses, suecos, irlandeses e italianos, entre vários outros. Muitos deles, inclusive, falavam apenas suas línguas de origem.

---

<sup>3</sup> Para uma lista das personalidades que fizeram parte da formação do Partido Comunista Mexicano, ver Peláez, (1980: 14-15).



Mas este não era o caso da maioria dos militantes do PSP. Eles não fundariam seu partido a partir de uma decisão tomada no exterior ou de moldes pré-concebidos, como uma consequência de decisões de reuniões na Europa ou em Moscou, ainda que alguns autores sugiram algo nesse sentido.<sup>4</sup> Nem tampouco com a ajuda de estrangeiros.

Mariátegui, um intelectual autodidata, chega a “seu” marxismo heterodoxo por caminhos muito diferentes dos *apparatchiks*, dos militantes profissionais, misturando diferentes influências e elaborando seus projetos a partir da realidade objetiva. Havia anos que ele já pensava na possibilidade de construção de um partido, e as condições *internas* e internacionais, a situação política do governo e da classe trabalhadora, as deliberações de Haya de la Torre e da APRA, a existência de outra agrupação marxista no país (a Célula Comunista de Cuzco, que já havia criado vínculos com o *Bureau* Sul-Americano da Internacional) e toda uma série de fatores, levaram ele e seus companheiros a fundar um partido com características peculiares, ainda que fosse assumidamente “marxista” e “leninista”. Mas ao se assumir como “marxista” e “leninista”, ele dava a esses termos um caráter *distinto* do preconizado mais tarde no famoso binômio “marxismo-leninismo” da era stalinista. E isso podia ser visto tanto em seus textos como na luta política concreta.

É só observar como atuavam politicamente, *na prática*, a CGTP e o PSP, que se poderá perceber claramente as diferenças patentes entre seus procedimentos e os da Internacional. Vale lembrar que durante 1929, o Comintern ainda achava que “no Equador e no Peru... onde não havia e onde ainda não há um partido comunista *como tal*, senão somente organizações revolucionárias das massas trabalhadoras, se observa uma consolidação dos *grupos comunistas* que existem no seio destas organizações”.<sup>5</sup> Justamente os partidos que haviam expressado as maiores discordâncias com os soviéticos.<sup>6</sup> Isso não quer dizer que JCM não visse no Comintern um instrumento fundamental para a luta política global. Mas são claras as diferenças conceituais entre seu partido e os marxistas “ortodoxos”. Enquanto o Comintern naquele momento defendia um modelo de partido monolítico, rígido, com revolucionários “profissionais” provenientes

---

<sup>5</sup> Ver La Correspondance Internationale, no. 91, 22 de setembro de 1929, citado em Meseguer Illán (1974: 220).

<sup>6</sup> No VI Congresso da IC, por exemplo, Ricardo Paredes, o delegado do Equador, insatisfeito com a linha teórica adotada pela Internacional em relação à América Latina, havia dito que “é muito importante estabelecer uma distinção entre os países semicoloniais e aqueles que, na falta de um melhor termo, podem ser chamados de ‘dependentes’. Os problemas da luta proletária devem ser encarados de um modo diferente nos países coloniais e semicoloniais que nos países dependentes”. Ver Zaidan (1985: 86-87).

prioritariamente do proletariado, JCM concebia uma agremiação mais flexível, com formas de luta maleáveis, com objetivos “minimalistas” e “maximalistas”, colocando grande ênfase na formação educacional e cultural dos trabalhadores, agregando outros setores marginalizados e organizando o PSP como um partido de massas. Duas concepções bastante distintas. Como acredita, apropriadamente, Roland Forgues, seria muito improvável que a denominação “Partido Socialista” não tivesse sido pensada de forma bastante amadurecida por ele (Cf. Forgues, 1995: 175).

O antecedente direto do PSP foi possivelmente a rede institucional que havia criado a Associação Pró-Índigena, organizada por gente como Pedro Zulen e Dora Mayer. Esta possuía um “Comitê Central”, ao qual se vinculavam delegados nas capitais de departamentos e províncias, assim como representantes das próprias comunidades, que tinham como objetivo denunciar abusos dos *gamonales* e recolher informações sobre a vida no meio rural. No caso do PSP, José Carlos começou a articular intelectuais ligados à revista *Amauta* dentro e fora do Peru, com socialistas, apristas e indivíduos sem partido, além de manter relação com lideranças camponesas e indígenas, como Ezequiel Urviola, por exemplo. Ao fundar o PSP, o grupo inicial via que a construção do partido e a luta pelo socialismo seriam tarefas de “longo prazo”, que poderiam levar, talvez, bastante tempo para serem implementadas (Cf. Flores Galindo, 1997: 367-68).

Até mesmo em março de 1930, já no final da vida, Mariátegui iria reafirmar que o Partido Socialista havia sido fundado como um partido classista, mas que as condições do Peru o *obrigavam* a considerar uma aliança com a pequena burguesia. Isso enquanto a Internacional adotava a estratégia de “classe contra classe”. Ou seja, como já insistimos, duas concepções bastante diferentes (Cf. *Ibidem*)

O fato é que os comunistas ortodoxos baseados na Argentina não estavam contentes com uma agremiação liderada por indivíduos com o perfil de Mariátegui e o chamado “grupo de Lima”, que não obedecessem “fielmente” o Comintern e que resistiam em acatar suas diretivas. José Carlos não queria se afastar da IC, é verdade. Por outro lado, a Internacional não apreciava militantes que utilizavam ideias de Sorel e Freud junto com as de Lênin, que se relacionavam com artistas surrealistas e que não condenavam explicitamente o trotskismo. Em outras palavras, o PSP estava longe de ser o partido ideal naquela situação (Cf. Flores Galindo, 1997: 364-65). É só pesquisar a correspondência pessoal de JCM para se dar conta de que *grande parte* de seus interlocutores *não eram* comunistas ou dirigentes ligados ao Comintern. Pelo contrário. As cartas que enviava e recebia de poetas, escritores, editores, jornalistas, artistas e intelectuais (que representavam *a maior parte* de sua correspondência) mostram como eram variadas suas amizades. E, comparativamente, da pouca troca epistolar com dirigentes comunistas peruanos. Os amigos com quem mais trocou cartas foram o escritor e editor argentino

Samuel Glusberg, o pintor argentino José Malanca, o historiador, antropólogo e escritor indigenista Luis Valcarcel, e o jornalista e diplomata peruano Ricardo Vegas Garcia. Por outro lado, se excetuarmos uma carta de JCM à *Correspondencia Sudamericana*, em junho de 1927, *não há nenhuma troca de cartas* entre Mariátegui e qualquer membro ou dirigente de Partidos Comunistas de outros países, nem do próprio Comintern, em Moscou, algo bastante significativo. Como diria o mariateguista italiano Antonio Melis, “há provas mais do que suficientes de que a linha perseguida pelo marxista peruano não se encontrava em sintonia com o rumo que estava tomando o movimento comunista internacional. A linha ampla e aberta de Mariátegui, baseada no princípio de acumulação de forças e de construção do partido dentro do movimento contraditório das massas, contrastava com o sectarismo da incipiente política de ‘classe contra classe’. No contexto continental esta dissensão se tornava exasperada pela aplicação particularmente dogmática que dela faziam o *Bureau* Sul-Americano do Comintern e alguns partidos latino-americanos, em particular o argentino, cujo dirigente Codovilla representava um ponto de vista antitético ao de Mariátegui” (Melis, 1984: XLII).

Para os que acham que a reunião de Buenos Aires e as diretrizes do Comintern não afetaram o Partido Socialista, basta ver o que ocorreu a partir de 1930 dentro daquela organização. Após a mudança de nome para Partido Comunista, alguns militantes abandonam de vez a agremiação, inclusive se desligando definitivamente da vida política formal; outros se juntam a Luciano Castillo para “refundar” o Partido Socialista (na verdade, um partido distinto), que atuará mais na costa norte do país, em Piura, Tumbes e departamentos vizinhos, junto aos petroleiros e algumas comunidades camponesas mestiças; e a revista *Amauta*, que originalmente possuía um leque heterogêneo de colaboradores, fossem artistas e literatos (alguns classificados pela IC como pequeno-burgueses) até intelectuais marxistas mais ortodoxos, mudará rapidamente seu caráter mais aberto e pluralista e deixará de existir pouco tempo depois. Na carta de renúncia do grupo “Socialista” do PSP, de 16 de março de 1930, seus membros diriam:

O ambiente em que se produziram as deliberações e acordos das últimas duas sessões do Comitê Central organizador do Partido Socialista nos persuadiu da existência de um câmbio radical do plano e da tática que se havia concordado inicialmente: se empenhar na organização de um partido político das forças de esquerda no Peru. Com a mudança de tática ocorreu também uma discrepância profunda entre os membros que assumem, no Comitê Central, a responsabilidade da formação deste partido político. E ao produzir-se este desacordo tivemos que lamentar, também, a intemperança de alguns de nossos companheiros, atitude que, se persistir, pode esterilizar todos os esforços generosos que se somam a este fim.

Os elementos revolucionários, que temos atuado ao lado do proletariado (seja

dentro ou fora do Peru), nos havíamos proposto [a discutir] as alternativas de organizar no país ou um partido socialista ou um partido comunista, chegando à conclusão de que, biológica e historicamente, era um partido socialista o que convinha à nossa realidade, [aquele] que teria a vantagem de poder se desenvolver publicamente, dentro da legalidade, e de ganhar para seu movimento alguns setores das classes médias. A alternativa de uma organização política de caráter comunista, apesar da ideologia marxista leninista de alguns de seus importantes membros, foi descartada taticamente, pela impossibilidade de se desenvolver publicamente...

Entendemos que a Conferência Comunista de Buenos Aires, à qual assistiram dois delegados comunistas peruanos, fez mudar fundamentalmente o rumo da organização do partido. Aí cremos que se cometeu um erro que é capital para a eficácia de nosso movimento político. É indiscutível que nos regimes despóticos burgueses o erro mais infantil que se pode cometer é denunciar publicamente as armas revolucionárias com as quais se há de exercer uma ação social. [...]

E é importante observar que nem no Comitê Executivo, nem no Comitê Central, havia-se proposto concretamente esta transformação. Não se considerou a observação já aceita por todos nós, de que um partido comunista, dentro das modalidades atuais da realidade política e social peruana, deveria atuar secretamente, ao mesmo tempo em que afirmaria suas posições [verdadeiras] dentro das fileiras do proletariado. E havíamos chegado a essa conclusão porque não pretendíamos somente fazer novos mártires da causa comunista, mas sim, contribuir seriamente tanto para a revolução mundial como para a revolução política peruana. [...]

E como [...] se criou tal situação de prevenção e de suspeição que não nos permite continuar assumindo, em minoria, a responsabilidade da organização de um partido político (que em suas linhas táticas não podemos nem minimamente controlar), temos de renunciar a nossos cargos nos Comitês Central e Executivo para não prejudicar a ação daqueles que crêem estar na linha acertada, renovando nossa fé no triunfo final do socialismo internacional, e na ação fecunda do proletariado nos destinos desta região da América” (DEL PRADO, 1983, págs. 239 e 240).

O fato é que o trabalho político que Mariátegui vinha realizando com sucesso e que lentamente se consolidava entre os mineiros de Morococha será completamente desarticulado, com o PCP, nas mãos de Eudocio Ravines, mudando radicalmente as táticas e os rumos da atuação política e sindical do partido, seguindo, como se pode imaginar, a linha oficial propugnada pela Internacional e por seus principais dirigentes (Melgar Bao, 1988: 239-40). Com tudo isso, é lógico imaginar que os *Sete ensaios* também sofreriam as consequências desta situação.

Nos primeiros anos após sua publicação, os *Sete ensaios* tiveram uma repercussão limitada. Como já dissemos, depois do desaparecimento físico de Mariátegui, em 1930, antes de completar 36 anos de idade, seu sucessor, Eudocio Ravines, o “homem de Moscou” no Peru, assume de vez o partido. O Partido Socialista

muda oficialmente de nome para Partido Comunista e é aberta uma temporada de perseguição ao “amautismo”, ou seja, às ideias e à imagem de JCM, fazendo o possível para associá-lo a um revisionismo anti-soviético ingênuo. Para Ravines, seria importante eliminar os “desvios” políticos mariateguistas do marxismo no Peru. A atuação de Ravines, dos soviéticos e da APRA de Haya de La Torre, foi fundamental para impedir, durante alguns anos, a maior propagação do ideário mariateguiano dentro do movimento operário do país. Afinal, é bom lembrar que ele foi acusado de ser populista, aprista, europeizante e até mesmo bolchevique d’annunziano.

Apesar de todas as dificuldades, contudo, o tempo mostraria a importância dos *Sete ensaios* e do pensamento mariateguiano. Ao longo das décadas, o Comintern perderia força e seria desativado; vários dirigentes ligados à IC (muitos dos quais críticos ácidos de JCM) seriam esquecidos; e diversos livros “teóricos” de intelectuais comunistas ortodoxos sequer são mais lembrados na atualidade. Já o interesse por Mariátegui, um marxista verdadeiramente inovador, cresce a cada dia.<sup>7</sup> A relação entre JCM e o Comintern continua a gerar polêmica e muitos ainda insistem em aproximar o ideário mariateguiano à linha oficial do Partido Comunista do Peru, algo feito *a posteriori* por intelectuais (muitos dos quais stalinistas) comprometidos política ou ideologicamente com o PCP. Mas se analisarmos objetivamente as ideias de Mariátegui sobre uma série de temas, como a organização do partido, a interpretação da história do Peru, o papel do campesinato indígena, o papel dos sindicatos, a cultura, a literatura e o próprio marxismo, perceberemos uma distância e uma diferença *enormes* com a abordagem feita à época pelos PCs e pelo Comintern em relação a esses mesmos assuntos.

---

<sup>7</sup> Já foram vendidos em torno de dois milhões de exemplares dos Sete ensaios a nível mundial, com edições publicadas em vários países (Mariátegui, 2008): no Chile (1955), em Cuba (1963, 1969 e 1973), na União Soviética (1963), na França (1968 e 1977), no México (1969, 1979 e 1988), no Uruguai (1970 e 1973), nos Estados Unidos (1971, 1975 e 1988), na Itália (1972), no Brasil (1975 e 2008), na Bulgária (1975), na Espanha (1976), na Hungria (1977), na Venezuela (1979, 1995 e 2007), na Alemanha (1988), na China (1988), no Japão (1988) e na Colômbia (1995). Os Sete ensaios é o livro peruano de não-ficção mais vendido em termos globais e com o maior número de edições no mundo inteiro. No Peru, é leitura obrigatória nas universidades. Aproximadamente 10.000 exemplares desta obra são vendidos todos os anos naquele país (Mariátegui, 2008).

## Bibliografía

- ANDERLE, Adam (1985). *Los movimientos políticos en el Perú entre las dos guerras mundiales*. Havana: Casa de las Américas.
- CUPULL, Adys, e GONZÁLEZ, Froilán (2006). *Julio Antonio Mella en el medio del fuego: un asesinato en México*. Havana: Casa Editora Abril.
- DEL PRADO, Jorge (1983). *En los años cumbre de Mariátegui*. Lima: Ediciones Unidad.
- DEL ROIO, Marcos (1990). *A classe operária na revolução burguesa, a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- FERNÁNDEZ DÍAZ, Osvaldo (1994). *Mariátegui, o la experiencia del outro*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- FLORES GALINDO, Alberto (1994). *La agonía de Mariátegui* In: FLORES GALINDO, Alberto, *Obras completas, II*. Lima: Fundación Andina/SUR Casa de Estudios del Socialismo.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Entre Mariátegui y Ravines: dilemas del comunismo peruano*. In: FLORES GALINDO. *Obras completas, V*. Lima: SUR Casa de Estudios del Socialismo.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Obras completas, II*. Lima: Fundación Andina/SUR Casa de Estudios del Socialismo.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Obras completas, V*. Lima: SUR, Casa de Estudios del Socialismo.
- FORGUES, Roland (1995). *Mariátegui, la utopía realizable*. Lima: Empresa Editora Amauta.
- LUNA VEGAS, Ricardo (1989). *José Carlos Mariátegui, ensayo biográfico*. Lima: Editorial Horizonte.
- MARIÁTEGUI, Sandro (2008). *Correspondência com Luiz Bernardo Pericás*. 1º de abril.
- MARTÍNEZ DE LA TORRE, Ricardo (1947). *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social del Perú*. Lima: s/e.
- MELGAR BAO, Ricardo (1988). *El movimiento obrero latinoamericano II*. México: Alianza Editorial Mexicana/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- MELIS, Antonio (1984). *El diálogo creador de José Carlos Mariátegui*. In: MELIS, Antonio (org.). *José Carlos Mariátegui, correspondência*. Tomo I. Lima: Empresa Editora Amauta.

- \_\_\_\_\_ (1984). (org.). *José Carlos Mariátegui, correspondência*. Tomo I. Lima: Empresa Editora Amauta.
- MESEGUER ILLÁN, Diego (1974). *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionário*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- PELÁEZ, Gerardo (1980). *Partido Comunista Mexicano, 60 años de história*. Culiacán: Universidad Autónoma de Sinaloa.
- ZAIDAN FILHO, Michel (1985). *PCB (1922-1929), na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global Editora.